

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Comissão Especializada de Coesão Social e Saúde

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2014



CONTEÚDO

Introdução	3
Composição da Comissão e Mapa de Presenças	4
Enquadramento Formal 2013 - 2017	5
Atividades de 2014	9
Reuniões e Visitas	10
Pareceres/Apreciações	15
Considerações Finais	15
Anexos	
Anexo 1 – Parecer Regulamento Conselho Municipal Sénior	
Anexo 2 – Parecer Regulamento “Bus Saúde”	
Anexo 3 – Parecer Cartão Municipal Famílias Numerosas	
Anexo 4 – Apreciação Orçamento e GOP 2015	

INTRODUÇÃO

À semelhança dos mandatos e/ou anos anteriores, apresenta-se o Relatório de Atividades de 2014, documento que se propõe sintetizar as principais actividades desenvolvidas pela Comissão Especializada de Coesão Social e Saúde da Assembleia Municipal de Odivelas ao longo do ano, bem como avaliar os resultados da execução do Plano de Atividades para 2014.

Após uma breve apresentação da composição da Comissão de Coesão Social e Saúde, do mapa de assiduidades de 2014, do enquadramento e objectivos definidos para o quadriénio 2013-2017, evidenciam-se as actividades realizadas, estruturadas a partir de uma primeira avaliação aprofundada das prioridades de ação, no plano concelhio, na área do social e saúde.

Segue-se a enumeração dos pareceres e apreciações emitidos pela Comissão de Coesão Social e Saúde e a sua respetiva incorporação prática por parte do executivo municipal.

Na última secção são apresentadas algumas considerações finais, decorrentes da análise dos resultados da acção desenvolvida no decurso de 2014, dos objectivos previamente definidos e concomitantemente alcançados.

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO E MAPA DE PRESENÇAS

Composição

António Monteiro - CDU - Coordenador

Joaquim Campos - CDU

Corália Rodrigues - PS

Domingos Tomé - PS - Secretário

Isabel Coelho - PS

Deolinda Martins - PSD

Paula Paço - PSD – Secretária

José Falcão - BE

José Pignatelli - CDS

Em substituição, participaram pontualmente os membros da Assembleia Municipal de Odivelas Luís Salmonete (PSD), Miguel Galante (PS), Rogério Breia (PS), Fernando Oliveira (BE) e Paulo Sousa (BE).

Até à data da sua renúncia de mandato da Assembleia Municipal, o membro Isabel Neto nunca chegou a marcar presença na Comissão, durante os meses de janeiro e fevereiro.

Mapa de Presenças 2014

	JAN'14	FEV'14		MAR'14		ABR'14			MAI'14		JUN'14		JUL'14	SET'14		OUT'14			NOV'14			DEZ'14
DEPUTADOS	23	4	18	11	18	8	22	30	6	27	17	24	8	24	30	7	14	28	4	11	25	2
António Sousa	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	F	P	P	P
Domingos Tomé	P	P	P	P	P	P	F	F	P	P	P	P	P	P	P	P	F	P	P	P	F	P
Paula Paço	P	F	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	F	P	F	F	P	P	P	P	P	P
Isabel Coelho	P	P	P	P	P	P	P	F	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Corália Rodrigues	P	P	P	P	F	P	P	P	P	P	F	F	P	P	P	P	F	F	F	P	P	F
Joaquim Campos	P	F	F	P	P	P	P	P	F	P	P	F	F	P	F	P	P	P	P	F	F	F
Deolinda Martins	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
José Falcão	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	F	P	F
José Maria Pignateli				P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Isabel Neto	F	F	F																			
Rogério Breia (substituto)																						P
Fernando Oliveira (substituto)																						P
Paulo Sousa (substituto)																				P		
Miguel Galante (substituto)											F	P						P	P			
Luis Salmonete (substituto)													P		P	P						

ENQUADRAMENTO FORMAL 2013-2017

O Regimento da Assembleia Municipal de Odivelas (Mandato 2013-2017), estabelece, nos artigos infracitados, em matéria de competências, composição e funcionamento das Comissões Especializadas, o seguinte:

Artigo 67º

Competências

1. Compete às Delegações, Comissões Especializadas Permanentes ou Grupos de Trabalho, o estudo dos problemas relacionados com as atribuições do município, sem interferência, no funcionamento e na atividade normal da Câmara Municipal.
2. Os relatórios das Comissões e Grupos de Trabalho bem como os pareceres sobem ao plenário com as posições consensuais e com todas as outras não consensuais.

3. As Delegações, após cumprida a sua finalidade, devem enviar à mesa da Assembleia Municipal, num prazo máximo de 30 dias, o respetivo relatório.

Artigo 68º

Composição

1. O número de membros de cada Comissão Especializada, Delegação ou Grupo de Trabalho e a sua distribuição pelos diversos agrupamentos políticos ou grupos municipais, quando existirem, são fixados pela Assembleia Municipal, ou por deliberação desta, pela Comissão Permanente.

2. A composição referida no número anterior deve ser fixada pela Comissão Permanente e ter em atenção, a representação existente na Assembleia Municipal.

3. A indicação dos membros para Comissões Especializadas e Grupos de Trabalho, efetivos e suplentes, compete aos respetivos Agrupamentos políticos e Grupos Municipais e deve ser efetuado no prazo fixado pela Assembleia ou pelo(a) Presidente.

4. Os Agrupamentos Políticos ou Grupos Municipais podem proceder à substituição do membro que indicaram por um outro em efetividade de funções.

Artigo 69º

Funcionamento das Comissões, Delegações e Grupos de trabalho

1. Compete ao(a) Presidente da Assembleia Municipal convocar a primeira reunião, das Comissões e Grupos de Trabalho, e dar posse aos membros efetivos e suplentes das Comissões.

2. As regras internas do funcionamento são da responsabilidade da Delegação, Comissão Especializada ou Grupo de Trabalho.

3. As Comissões Especializadas ou Grupos de Trabalho podem solicitar a colaboração nos seus trabalhos de membros da Câmara Municipal, de funcionários(as) dos seus

serviços, de outros membros da Assembleia Municipal ou de quaisquer outras pessoas ou entidades que se considerem necessárias.

4. Cada Comissão Especializada ou Grupo de Trabalho tem um(a) coordenador(a) a quem compete dirigir as reuniões, orientar os trabalhos e elaborar o relatório a submeter ao plenário da Assembleia Municipal com as respetivas conclusões nos prazos por este(a) fixado e colaborar na função de representação institucional da Assembleia Municipal no âmbito da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º quando tal for solicitado pelo Presidente.

5. Cada Comissão Especializada, Grupo de Trabalho ou Delegação tem um máximo de dois(uas) Secretários(as) a quem compete a elaboração das atas, coadjuvar o(a) respetivo(a) Coordenador(a) nas suas funções, substituí-lo(a) nas suas ausências e impedimentos e colaborar na elaboração de relatórios ou conclusões a submeter ao plenário da Assembleia Municipal, nos termos a fixar pela própria Comissão ou Grupo de Trabalho.

Para o quadriénio 2013-2017, foram definidas as seguintes competências da Comissão de Coesão Social e Saúde:

- Assuntos sociais e situação social no Concelho;
- Serviços, projetos e equipamentos sociais para diferentes públicos e problemas sociais: idosos, infância, juventude, deficiência, doenças crónicas, saúde mental, cuidados continuados, toxicodependência, outros;
- Diferentes dimensões da igualdade de oportunidades e da coesão social (exemplos: igualdade de género; imigração e imigrantes; grupos em situação de desfavorecimento e/ou risco);

- Acompanhamento dos serviços e do acesso à saúde no Concelho;
- CPCJ;
- Rede Social;
- CLAI;
- ACES Loures/Odivelas;
- Habitação e habitação social;
- Iniciativas e entidades do terceiro setor nestas áreas (associativismo, IPSS, outros);

As Comissões Especializadas seguem um modelo trimestral de reuniões – com 5 reuniões por trimestre, acrescida de mais uma reunião extraordinária em Novembro ou Dezembro, para apreciação do Orçamento e Grandes Opções do Plano.

ATIVIDADES DE 2014

Apresentam-se seguidamente as actividades desenvolvidas em 2014, organizadas em função dos objetivos estratégicos e operacionais fixados pela Comissão de Coesão Social e Saúde.

Para o primeiro ano do quadriénio e do mandato, a Comissão de Coesão Social e Saúde da AMO decidiu iniciar a sua acção - depois de um primeiro período de reflexão, discussão e definição de prioridades de acção - com o agendamento de reuniões com todos os vereadores com responsabilidades políticas diretas (pelouros) nas áreas que acompanhamos.

Decidiu-se, igualmente, prestar durante todo o ano de 2014, uma particular atenção à área da saúde e à área da habitação social, não descurando, naturalmente, na conjuntura de crise económica e social do país e do concelho, o imprescindível acompanhamento que também tivemos de conceder a todos os outros aspetos e fatores que constituem a área social, nomeadamente, as políticas locais de combate à pobreza.

Na área da saúde, pretendeu-se, entre outros, conhecer aprofundadamente o impacto do encerramento do Centro de Saúde de Odivelas que funcionava na Rua dos Bombeiros Voluntários e que levou à transferência de mais de 30.000 utentes, na maioria idosos, para o Centro de Saúde (Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados) que foi integrado no edifício construído para a USF na Freguesia da Ramada - a Freguesia de Odivelas tem cerca de 60.000 habitantes, o que corresponde a 41% da população do Concelho, sendo que 16% têm 65 ou mais anos -, a transferência do CATUS de Odivelas para a Póvoa de Santo Adrião, os

constrangimentos existentes na área da Saúde Mental Comunitária, os problemas de acessibilidade aos diversos Centros de Saúde/Unidades de Saúde/Extensões de Saúde, bem como ao Hospital Beatriz Ângelo, e ainda o funcionamento dos novos Equipamentos de Saúde, a saber: Unidade de Saúde Familiar da Ramada, Centro de Saúde Carnide/Pontinha, Unidade de Saúde Familiar da Póvoa de Santo Adrião e Hospital Beatriz Ângelo.

Na área da habitação social, pretendeu-se conhecer as prioridades políticas definidas pelo Executivo camarário para a área, o universo da população residente em condições de precaridade habitacional no concelho, os processos de realojamento do passado e os que estão perspectivados para o futuro (de acordo com dados de 2013, subsistiam ainda no Concelho 172 barracas, 107 PER + 65 Não-PER, sendo que deste universo 103 barracas estavam localizadas no Bairro do Barruncho: 63 alojamentos precários PER e 40 alojamentos Não-PER), as transferências de parque habitacional da Administração Central para o Município, as características e as condições presentes do Parque Habitacional de Arrendamento Municipal, o Parque Habitacional de fogos PROHABITA (88 fogos) e os Pedidos de Habitação.

Em 2014, realizámos 22 sessões, incluindo três reuniões com Vereadores da C.M. de Odivelas e nove visitas/reuniões com entidades externas, bem como uma sessão extraordinária de discussão do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2015. Emitimos 4 pareceres/apreciações.

REUNIÕES E VISITAS

A primeira reunião com os vereadores com responsabilidades políticas diretas (pelouros) nas áreas que acompanhamos, foi realizada com o Vereador Edgar Valles. E destacaríamos, pela sua importância, a discussão em torno dos seguintes temas: a construção do Centro de Saúde de Odivelas; a reivindicação do regresso do CATUS às instalações de origem; o número significativo de utentes sem médico de família no

Concelho; o problema de acessibilidade e os transportes públicos para o Hospital Beatriz Ângelo; a existência de Listas de Espera consideráveis para algumas consultas de especialidade no Hospital e abordou-se ainda a questão do BUS Saúde.

Logo após esta primeira reunião, considerou-se, de forma unânime, que seria imprescindível poder contar-se, nestas e noutras reuniões similares com o apoio presencial do SAOM, sobretudo no que diz respeito à elaboração das respectivas atas.

A reunião seguinte foi efectuada com a Vereadora Sandra Pereira. E destacaríamos os seguintes temas abordados: Os mais de 3000 pedidos de habitação social sem resposta; o Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município; Os fogos municipais devolutos e a imperiosa necessidade da sua reabilitação; Os Bairros Sociais geridos actualmente pelo IHRU, a recuperação e reconversão da área crítica do Sítio e do Bairro do Barrucho, as dívidas do IHRU ao município no âmbito do Programa PROHABITA, bem como as perspectivas de incumprimento futuro por parte do IHRU em matéria de acordo tripartido (IHRU, CMO e Agregados Familiares/municípios) firmado para um horizonte temporal de 12 anos, também no âmbito do Programa PROHABITA (Prohabita I de 2009 e Prohabita II de 2011). E existem no Concelho cerca de uma centena de munícipes realojados no âmbito deste programa, cujos contratos elaborados para os tais 12 anos se encontram manifestamente em risco.

A última reunião com os vereadores, foi realizada com a Vereadora Fernanda Franchi. Com destaque para os seguintes temas abordados: Carta Social, Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social; O funcionamento manifestamente deficitário da Rede Social de Odivelas; O pagamento então em dívida às IPSS do valor correspondente às suas candidaturas ao PAESO em 2012 e 2013 (foi dada a garantia de pagamento até ao termo do mês de Junho de 2014); O Fundo de Emergência Social do Município de Odivelas e as Prioridades definidas na área do social em matéria de candidatura ao próximo quadro comunitário de apoio.

Em abril, realizámos uma reunião/uma visita ao Lar de Odivelas, actualmente gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Inteiramo-nos, com preocupação, da decisão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa anunciar a renúncia do acordo de entendimento com a Segurança Social previsto para Setembro de 2015.

No mês de maio, estivemos na Unidade de Cuidados Comunitários Psiquiátricos de Odivelas e no dia 27, fomos visitar os bairros sociais sob gestão do IHRU, na Pontinha.

No que concerne, à Unidade de Cuidados Comunitários Psiquiátricos de Odivelas, mantém-se um clima de enorme incerteza, que se arrasta há já dois anos, quanto ao seu futuro (desde a inauguração do Hospital Beatriz Ângelo). Esta Unidade que presta um serviço de proximidade, absolutamente insubstituível, mantém-se há dois anos impossibilitada de realizar primeiras consultas e, em Dezembro de 2013, viu mesmo, por decisão da Administração do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, encerrado o seu Hospital de Dia.

Relativamente aos Bairros Sociais geridos pelo IHRU na Pontinha, sublinharíamos a falta de informação que ainda persiste, manifestada/expressa por alguns dos moradores no Bairro “Casas de Santo António”, em matéria de processo de realojamento (já iniciado, de resto, pelo IHRU). Conseguiu-se ainda perceber, na Urmeira e nos outros Bairros da Pontinha do IHRU, o impacte negativo decorrente das dificuldades na Constituição de Condomínios. No Bairro do Olival do Pancas constatou-se *in loco*, todo o trabalho que ainda está por fazer no sentido da sua requalificação e da criação de novas infraestruturas/equipamentos de apoio à população.

Realizámos no dia 17 de junho, uma reunião/visita ao Centro de Saúde de Odivelas, instalado no edifício da USF da Ramada. Ficámos preocupados com as manifestas

consequências decorrentes da inexistência de um Centro de Saúde (UCSP) na sede do concelho. Esta Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados recebeu os utentes (cerca de 30 000 mil) do Centro de Saúde de Odivelas que funcionava na Rua dos Bombeiros, encontra-se em situação de pré-ruptura - com uma necessidade premente de reforço significativo dos seus recursos humanos e materiais. Necessita de, pelo menos, mais 9 médicos, 4 enfermeiros e 4 administrativos. Necessita de computadores novos, necessita de impressoras, material de desgaste, etc.

E no dia 24 de junho fizemos ainda uma reunião com o Conselho de Administração do Hospital Beatriz Ângelo, verificando-se:

- I. Que as consultas externas para a especialidade de Ortopedia e Oftalmologia, actualmente requeridas estão a ser agendadas para o final de 2015 e início de 2016. Excetuam-se as consultas de seguimento aos utentes submetidos a intervenções cirúrgicas;
- II. Enorme dificuldade na articulação dos serviços sociais daquela unidade hospitalar com a Segurança Social, quando surgem casos de maior debilidade social entre utentes residentes no concelho de Odivelas;
- III. A persistência dos problemas na acessibilidade ao Hospital: enquanto nos transportes públicos, os odivelenses têm de pagar pela mudança de coroa, por uma única paragem de autocarro, no estacionamento dentro do perímetro das instalações do hospital Beatriz Ângelo mantém-se um tarifário elevado desadequado á circunstância do isolamento daquele equipamento de saúde.

No dia 14 de outubro, estivemos na Unidade de Saúde Familiar da Póvoa de Santo Adrião. A visita, agendada com bastante tempo de antecedência por parte do SAOM, acabou por ficar sem efeito: ao que parece não houve a necessária articulação entre a Direção do ACES Loures/Odivelas e o Centro de Saúde. Aferiu-se no local que não estavam reunidas as condições necessárias para a realização da visita e optou-se pelo seu cancelamento.

No dia 28 de outubro, realizámos uma reunião com a ECCI/Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Odivelas. Registámos que a qualidade do serviço prestado pela Unidade se mantém na íntegra no Concelho – qualidade essa amplamente reconhecida a nível nacional – apesar das alterações ocorridas na equipa nos últimos anos. No entanto, os meios humanos e materiais ainda continuam a ser escassos face ao crescente número de pedidos rececionados anualmente. São necessários mais enfermeiros, um médico a tempo inteiro e assistentes administrativos. Realçou-se ainda a falta de mais uma viatura de apoio (estariam a tentar a cedência de uma viatura através da Junta de Freguesia da União das Freguesias da Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto).

No dia 25 de novembro, realizámos uma reunião com a Diretora do Centro Distrital de Lisboa da Segurança Social, Dra. Fernanda Fitas. facultaram-nos um conjunto de informações de grande relevância para a compreensão do estado do concelho a nível social (número de munícipes com RSI, com subsidio social de desemprego, com abono de família, etc.) Abordou-se, entre outros assuntos, a intervenção da Segurança Social no concelho, os acordos de cooperação previsto para o Concelho em 2015, o funcionamento da Rede Social, a perspetiva de implementação do Atendimento Integrado e a transferência de competências da administração central para a administração local.

No dia 2 de dezembro, efetuámos uma visita ao Bairro do Barruncho, que contou com a presença do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias da Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto. Constatou-se *in loco* as condições extremamente precárias em que aí vivem mais de 500 munícipes, nos cerca de 100-150 alojamentos precários existentes atualmente no local (o último levantamento remonta já há uns anos atrás). A visita culminou com a decisão de se solicitar à Câmara Municipal toda a informação disponível sobre o assunto (caracterização do núcleo,

inquéritos/levantamentos efetuados, projeto de reconversão e requalificação OdiVillas/candidatura ao European 9, elementos jurídicos que enquadram uma eventual expropriação...). Decidimos igualmente proceder à análise de toda a documentação que nos for disponibilizada e, caso se afigure como pertinente, iremos avançar para a elaboração de uma proposta de recomendação.

PARECERES/APRECIACÕES

No âmbito dos Pareceres e Apreciações, durante 2014, foram emitidos um total de quatro, a saber:

- I. Parecer sobre a “Proposta de Regulamento do Conselho Municipal da Pessoa Idosa”, em 10 de setembro (*vide* anexo 1);
- II. Parecer sobre a “Proposta de Projeto de Regulamento Municipal do Bus Saúde”, em 14 de outubro (*vide* anexo 2);
- III. Parecer sobre a “Proposta de Regulamento de Utilização do Cartão Municipal Família Numerosa”, em 11 de novembro (*vide* anexo 3);
- IV. Apreciação do “Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2015”, em 17 de novembro (*vide* anexo 4).

Dos pareceres e apreciações emitidos, verificou-se que apenas o documento relativo à “Proposta de Projeto de Regulamento Municipal do Bus Saúde” terá merecido acolhimento da parte do Executivo camarário. O parecer sobre a “Proposta de Regulamento de Utilização do Cartão Municipal Família Numerosa” não pressupunha a incorporação de nenhuma alteração concreta por parte do executivo municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os membros da Comissão Especializada de Coesão Social e saúde, verificaram que se mantêm diversos constrangimentos no âmbito da saúde e de cuidados de saúde prestados à população do concelho de Odivelas, nomeadamente:

- I. Pese embora a modernidade das instalações, a situação periférica dos centros de saúde (Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados) de Odivelas, instalado na USF da Ramada, e da Pontinha, integrado na USF de Carnide em Lisboa, e, ainda a USF da Póvoa de Santo Adrião que promove maiores custos associados em deslocações, mesmo em transportes públicos;
- II. A insuficiência da sala de espera da USF de Carnide, para albergar os utentes da Pontinha, bem como alguns constrangimentos arquitetónicos;
- III. A exiguidade da extensão do Centro de Saúde da Pontinha em Famões, a falta de profissionais de saúde, particularmente médicos e enfermeiros e, ainda as dificuldades de acesso ao equipamento a partir da paragem de autocarro mais perto;
- IV. A manutenção do CATUS, nas instalações da USF da Póvoa de Santo Adrião, o que coloca o serviço praticamente na periferia do concelho, bem como a ausência de meios de diagnóstico no domínio da imagiologia (RX);
- V. A falta de profissionais de saúde, médicos, enfermeiros e auxiliares, particularmente nos centros de saúde (UCSP) do concelho;
- VI. O exagerado número de utentes sem médico de família nas Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (vulgo centros de saúde);
- VII. A dificuldade em se conseguir a marcação de uma primeira consulta de oftalmologia no hospital Beatriz Ângelo, o que corrobora as lacunas desta especialidade no Distrito de Lisboa;
- VIII. Na ECCI/Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Odivelas os meios humanos e materiais continuam a ser escassos face ao crescente número de pedidos rececionados anualmente;
- IX. A incerteza sobre o futuro da Unidade de Cuidados Comunitários Psiquiátricos de Odivelas que presta um serviço de proximidade inigualável e que nenhuma outra instituição se encontra preparada para prestar, inclusivamente os serviços de psiquiatria do hospital Beatriz Ângelo;
- X. A ausência de uma carta social do concelho que caracterize a presente situação da população de Odivelas.

O trabalho desenvolvido por esta Comissão tem decorrido, na sua generalidade, de forma bastante positiva e tem contribuído para um mais integrado conhecimento das áreas que acompanhamos, em paralelo à tentativa permanente de ir estimulando o encontro de soluções para os problemas identificados.

No início de 2015, e perante o atual panorama do estado de saúde do concelho, perante as respostas deficitárias que persistem ao nível dos cuidados primários de saúde, ao nível dos cuidados diferenciados e dos cuidados psiquiátricos na comunidade, iremos continuar a aprofundar o diagnóstico desta situação e a identificar alguns dos seus múltiplos factores causais, tal como a conhecer em concreto àquelas que têm sido as respostas do governo e do município.

Iremos igualmente visitar a ECCI/Unidade de Cuidados Continuados Integrados da Pontinha, reunir com a Diretora do ACES Loures/Odivelas, com o Diretor da ARSLVT e pretendemos promover na Assembleia Municipal o debate sobre todas estas questões.

Continuaremos, de igual modo, a prestar uma especial atenção a tudo o que diga respeito à Coesão Social, em particular à Habitação Social no concelho. Deveremos analisar detalhadamente o processo relacionado com o Bairro do Barruncho e, caso se venha a considerar pertinente, apresentaremos uma proposta de recomendação, ainda no decurso do primeiro semestre de 2015.

Nota: relatório aprovado por unanimidade, na reunião de 20 de janeiro de 2015.